



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3617, DE 2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para instituir multa diária em caso de não realização da contrapropaganda.

**AUTORIA:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha  
**PROJETO DE LEI Nº , DE 2019**

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,  
para instituir multa diária em caso de não  
realização da contrapropaganda.



SF/19325.04732-95

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,  
passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 60.** A imposição de contrapropaganda será cominada  
quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou  
abusiva, nos termos do art. 37 e seus parágrafos, sempre a expensas  
do infrator.

.....

§ 4º Na hipótese de descumprimento de contrapropaganda, a  
autoridade administrativa poderá impor multa diária ao fornecedor.

§ 5º O valor da multa diária a que se refere o § 4º deste artigo  
será estipulado de acordo com a gravidade da infração, vantagem  
auferida e a condição econômica do fornecedor, sendo revertida ao  
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos ou aos fundos estaduais ou  
municipais de proteção ao consumidor.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de  
sua publicação.



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha  
**JUSTIFICAÇÃO**

A imposição de contrapropaganda prevista nos arts. 56, inciso XII, e 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), tem por finalidade anular os efeitos deletérios da publicidade enganosa ou abusiva. Desse modo, a contrapropaganda será implementada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente, no mesmo veículo, local, espaço e horário, e sempre será implementada a expensas do infrator.

Se houver demora na divulgação da contrapropaganda, a situação nefasta se perpetuará, sob pena de não conseguir desfazer a incorreção, o que será, indiscutivelmente, prejudicial para as relações de consumo.

Por sua vez, no que tange à defesa do consumidor em juízo, o art. 84, § 4º, do CDC, faculta ao juiz a imposição de multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

Assim, por analogia a essa regra, propomos o acréscimo dos §§ 4º e 5º para facultar à autoridade administrativa a cominação de multa diária ao infrator no caso de descumprimento de contrapropaganda, a fim de minimizar o risco de eternização dessa prática danosa. Determinamos, ainda, que o valor da multa diária seja fixado conforme a gravidade da infração, a vantagem econômica auferida e a condição econômica do fornecedor, destinando o produto dessa arrecadação ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos ou aos fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor, nos moldes similares à dosimetria da multa prevista no art. 57 do CDC.

Ademais, identificamos, no art. 60, *caput*, dois erros, a saber: (i) o primeiro, de remissão, pois cita erroneamente o art. 36 e seus parágrafos, como o dispositivo relativo à publicidade enganosa ou abusiva; e (ii) o segundo, de ortografia, com relação à expressão “às expensas de”. Desse modo, para procedermos à retificação, reescrevemos o *caput* do art. 60.





SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Rodrigo Cunha

Ante o exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que contribuirá, inegavelmente, para o aprimoramento da defesa do consumidor em nosso País.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO CUNHA



SF/19325.04732-95

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>
- inciso XII do artigo 56
- artigo 60